

# A Capital sem prestígio

**Orgãos federais não mais serão transferidos para o DF. Falta infra-estrutura**

Com a inauguração de Brasília, em 1960, vários atrativos foram criados, visando a trazer pessoas que, de uma forma ou de outra, viessem a colaborar para a consolidação da nova capital. As chances de melhores empregos, as novas oportunidades que surgiam, atraíram empresas privadas e um grande número de pessoas, provenientes de vários Estados do país, que para aqui vieram em busca de um novo Eldorado. Paralelamente a estas empresas e aos migrantes, vieram também os órgãos federais, que, aos poucos, foram transferidos para Brasília, contando inclusive, com incentivos do governo, como a famosa "dobradinha", que constituía no pagamento do dobro do salário para aqueles funcionários que fossem transferidos para a nova capital.

Hoje, passados 21 anos de sua inauguração, Brasília apresenta um crescimento populacional muito superior às previsões iniciais de seus planejadores, "e ainda às voltas com sérios problemas de saneamento, de transportes, sendo, hoje, a cidade brasileira de maior índice de afavelas", segundo afirmou o Ministro Hélio Beltrão, recentemente, ao anunciar o decreto assinado pelo Presidente da República, que suspende por prazo indeterminado a transferência de órgãos federais para Brasília.

De acordo com o decreto, assinado quarta-feira pelo Presidente Figueiredo, a medida foi tomada porque são insuficientes as moradias para esse contingente e, por consequência, fica ameaçada a qualidade de vida da população aqui radicada, além de se agravar em os problemas de infra-estrutura com os quais se defronta o Governo do Distrito Federal. A transferência de órgãos federais estaria contribuindo também "para a excessiva centralização de decisões em Brasília", de acordo com o decreto.

Sobre as consequências deste decreto do governo federal para o crescimento de Brasília, o Secretário de Viação e Obras do DF, José Carlos Melo, concedeu esta entrevista ao Correio Braziliense:

**CB — A assinatura deste decreto pelo Presidente Figueiredo afetará o crescimento de Brasília?**

José Carlos Melo — As obras de infra-estrutura constituem a preocupação primordial da atual administração do GDF, principalmente nas áreas mais necessitadas. Para isto, grandes investimentos têm sido feitos neste campo, procurando eliminar a defasagem existente entre a demanda e a oferta por infra-estrutura básica. Alguns destes investimentos podem ser citados, como, por exemplo, os dois bilhões de cruzeiros destinados às obras de infra-estrutura urbana no conjunto P da Ceilândia. Cerca de 500 milhões de cruzeiros foram destinados também ao combate à erosão no Gama e em Sobradinho. A preços corrigidos, mais de um bilhão de cruzeiros já foi gasto na Ceilândia. Além disso, outros convênios estão prestes a ser assinados pelo GDF com agências financeiras, como o empréstimo que deverá ser firmado em breve com o Ministério dos Transportes. Este empréstimo deverá utilizar recursos do Banco Mundial e da EBTU-Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, prevendo, para o próximo ano, investimentos de mais de dois bilhões de cruzeiros em obras de melhoria do sistema viário nas cidades-satélites.

**CB — O programa da região geoeconômica do DF surgiu em função da absorção do excedente populacional. Este programa continuará a ser aplicado em Brasília?**

José Carlos Melo — Com relação à área de atuação da SVO, a região geoeconômica continuará recebendo investimentos, uma vez que o desenvolvimento

número de habitantes do DF?

José Carlos Melo — O rápido crescimento populacional, que superou em pouco tempo as previsões iniciais dos planejadores da capital, gerou uma defasagem entre a necessidade da população em termos de infra-estrutura urbana e a capacidade de poder público de atender a estas demandas. Este fato originou a existência de extensas áreas precariamente urbanizadas, ou mesmo não urbanizadas. Podem ser citados os casos dos conjuntos P Norte e P Sul, a Ceilândia e mesmo alguns pontos adjacentes ao Plano Piloto, como o Cruzeiro e setores residenciais do Lago, para os quais o GDF destina todo ano grandes volumes de recursos financeiros com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população.

**CB — Que soluções o Governo do Distrito Federal vem adotando para acompanhar o crescimento de Brasília?**

José Carlos Melo — A expansão de Brasília foi estabelecida pelo plano estrutural de organização territorial do DF, que foi desenvolvido através de um convênio firmado entre a Seplan - Secretaria de Planejamento, e o GDF. Este plano foi concluído em 1978, levando-se em consideração vários parâmetros como condições ambientais, necessidade de transportes, abastecimento de água etc. Ficou estabelecido, através deste plano, que o crescimento de Brasília deverá se processar somente entre Taguatinga e Gama. Atualmente, parte deste plano está sendo detalhada de modo a criar condições para acomodar a parcela do crescimento da população, como o crescimento vegetativo, por exemplo. Os estudos visam a possibilitar ainda o atendimento às necessidades de alguns programas habitacionais do governo.

**CB — Quanto a Secretaria de Viação e Obras vem gastando para atender o DF?**

José Carlos Melo — As obras de infra-estrutura constituem a preocupação primordial da atual administração do GDF, principalmente nas áreas mais necessitadas. Para isto, grandes investimentos têm sido feitos neste campo, procurando eliminar a defasagem existente entre a demanda e a oferta por infra-estrutura básica. Alguns destes investimentos podem ser citados, como, por exemplo, os dois bilhões de cruzeiros destinados às obras de infra-estrutura urbana no conjunto P da Ceilândia. Cerca de 500 milhões de cruzeiros foram destinados também ao combate à erosão no Gama e em Sobradinho. A preços corrigidos, mais de um bilhão de cruzeiros já foi gasto na Ceilândia. Além disso, outros convênios estão prestes a ser assinados pelo GDF com agências financeiras, como o empréstimo que deverá ser firmado em breve com o Ministério dos Transportes. Este empréstimo deverá utilizar recursos do Banco Mundial e da EBTU-Empresa Brasileira de Transportes Urbanos, prevendo, para o próximo ano, investimentos de mais de dois bilhões de cruzeiros em obras de melhoria do sistema viário nas cidades-satélites.

**CB — O programa da região geoeconômica do DF surgiu em função da absorção do excedente populacional. Este programa continuará a ser aplicado em Brasília?**

José Carlos Melo — Com relação à área de atuação da SVO, a região geoeconômica continuará recebendo investimentos, uma vez que o desenvolvimento

malmente observada na periferia dos grandes centros. Estes problemas, quando ocorrem em Brasília, ocorrem em menor escala, mesmo em áreas das cidades-satélites, precariamente urbanizadas. É política do GDF preservar o Plano Piloto, realizando apenas as pequenas alterações que forem necessárias, principalmente no que diz respeito a problemas de zoneamento.

**CB — Há perspectivas de Brasília crescer mais, no rumo das asas Norte e Sul, no futuro, ou crescer na vertical, ou ainda criarem-se mais cidades em torno de Brasília?**

José Carlos Melo — Considero o plano de Brasília, desenvolvido por Lúcio Costa, bom em suas linhas gerais, pois, até o momento, ele impediu o surgimento de problemas comuns às grandes cidades, como engarrafamentos de tráfego e ruidos, entre outros. A concepção de superquadras cria condições especiais à qualidade de vida, principalmente para as crianças. O zoneamento evita que atividades que, de uma forma ou de outra, possam interferir nesta qualidade de vida, sejam localizadas em setores apropriados, como, por exemplo, indústria ou diversões. Além disso, a baixa densidade ocupacional faz com que o brasiliense tenha um convívio intenso com o verde. Considerando que Brasília é uma cidade com mais de um milhão de habitantes e que aqui normalmente não ocorrem os problemas verificados em outras grandes cidades brasileiras, pode-se afirmar que Brasília possui uma qualidade de vida superior à nor-

**CB — Qual o problema mais sério de Brasília, hoje?**

José Carlos Melo — Os maiores problemas de Brasília estão na falta de uma melhor infra-estrutura urbana em algumas cidades-satélites.



Secretário José Carlos Melo

## Gasto demais contribuiu para a decisão governamental

A suspensão por tempo indeterminado da transferência de funcionários públicos para o Distrito Federal, decretada pelo Presidente Figueiredo, foi analisada pela presidente da Associação dos Geógrafos de Brasília, Marilia Penuso de Oliveira. Para ela, a medida pode ser benéfica se tomada a curto prazo, ao passo que, a longo prazo, a medida poderá causar graves problemas sociais, entre eles, o aumento do desemprego.

Marilia não tem dúvida de que o gasto demais foi o fator que mais contribuiu para a decisão governamental, seguido do crescimento demográfico excessivo que fugiu inteiramente ao Plano de Lúcio Costa. Entretanto, disse ela, o crescimento é inevitável numa cidade como Brasília, criada para ser o polo de desenvolvimento do País.

Como centro administrativo, Brasília vive em fun-

ção das atividades governamentais, fator que mais contribuiu para a migração na capital da República. Todavia, grande parte das pessoas que aqui chegaram transferidas de órgãos públicos, ou com intenção de neles ingressar, acabou se desvinculando de tais atividades para se dedicar à iniciativa privada que serve à comunidade; como por exemplo, o comércio, a indústria e o mercado imobiliário, disse a geógrafa.

Com isso, a população economicamente ativa, atualmente, em órgãos do governo é de, no máximo, 18%. Isto significa que os profissionais do setor privado não sofrerão com o refreamento de parte do crescimento populacional; no caso da suspensão por uma curta temporada. Caso contrário, ressalta Marilia, a repercussão desta medida se fará sentir em todos os setores, especialmente no da construção civil que emprega

maior parte da população do Distrito Federal como de baixa renda. Outro fator a ser considerado, disse, é a diminuição geral do consumo, feito em grande parte pelas camadas que formam a classe média e alta da sociedade, constituídas essencialmente de funcionários públicos de médio e alto escalão.

### SOLUÇÃO

Esta suspensão, segundo Marilia, é uma excelente ocasião para se repensar o Plano Piloto, tendo em vista o inevitável crescimento demográfico. A seu ver,

uma das soluções seria a abertura de novas áreas de habitação. Integradas de maneira harmônica à estrutura da cidade. A esta iniciativa seria acrescentada a expansão de conjuntos habitacionais na periferia, a exemplo do que vem sendo feito em alguns pontos adjacentes do Plano Piloto.

"A tendência que se observa quanto ao crescimento

de baixa renda. Outro fator a ser considerado, disse, é a diminuição geral do consumo, feito em grande parte pelas camadas que formam a classe média e alta da sociedade, constituídas essencialmente de funcionários públicos de médio e alto escalão.

Para estes núcleos habitacionais, dotados de toda a infra-estrutura necessária à vida de uma comunidade, se erradicariam os favelados, disse Marilia, lembrando que a proliferação de favelas é que por sua vez são decorrência dos altos preços da terra e da pobreza da população migrante, e não pode deixar de existir numa cidade brasileira em desenvolvimento.